

Projeto Escola Cidadã

Trata-se de uma iniciativa extensionista que visa a implementar o Projeto Escola Cidadã junto ao Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (LabECoS), da Faculdade de Ciências da Saúde (FS), e ao Grupo de Pesquisa Internet e Direitos Humanos, da Faculdade de Comunicação (FAC). Tem como objetivo oferecer, para a comunidade interna e a externa, formação complementar no âmbito de comunicação em saúde, educação, informação, Internet e métodos e técnicas de pesquisa. Tal projeto é composto por um conjunto de eventos, cursos, minicursos, oficinas, workshops, palestras, congressos, seminários, conferências, *hackathons*, simpósios, mesas-redondas, rodas de debate, dentre outras iniciativas, de distintas cargas horárias, podendo ser ofertadas de modo presencial ou à distância.

A iniciativa pretende ampliar a participação de estudantes, professores e pesquisadores internos e externos à Universidade de Brasília, com destaque aos que integram as áreas de comunicação, educação, informação e saúde, prevendo ainda a participação de lideranças comunitárias e estudantes da rede pública de ensino do país e, em particular, do Distrito Federal. O projeto prevê a ampliação de parcerias nacionais por meio de convidados a serem integrados ao desenvolvimento das ações. As referidas estratégias de educação permanente e mobilização social visam a fortalecer as práticas de uma ciência cidadã, pautada por princípios éticos e solidários, ancorados nos princípios da pedagogia do afeto. O projeto foi apreciado e aprovado pelo DSC e pelo CEF/FS, n. 23106.096776/2020-96.

Palavras-chave: Ciência Cidadã; Comunicação em Saúde; Educação; Internet; Métodos e Técnicas de Pesquisa.

Justificativa

Nos últimos dez anos, o LabECoS (FS) e o Grupo de Internet e Direitos Humanos (FAC) proporcionaram ações extensionistas para mais de duas mil pessoas diretamente, e outras quatro mil indiretamente – as chamadas multiplicadoras do conhecimento produzido em cada um dos cursos e eventos em geral ofertados em mais de dez edições, nacionais e internacionais. Ao se associarem nesta iniciativa, além de concretizarem ações de colaboração interna entre dois grupos de estudos e pesquisas vinculados ao CNPq, o LabECoS e o Grupo de Internet e Direitos Humanos ampliam suas capacidades de oferta e integração de conhecimentos nos âmbitos de ciências da comunicação, educação, informação e saúde, tendo as metodologias de pesquisa e as tecnologias de informação e comunicação como mediadoras da Escola Cidadã aqui proposta. Tal iniciativa visa a estimular a participação já recorrente de estudantes, pesquisadores e

docentes de graduação e pós-graduação na UnB, bem como de profissionais de comunicação, educação, informação e saúde e de lideranças comunitárias e estudantes da rede pública de ensino do país, em particular do Distrito Federal.

Nesse sentido, faz-se necessário fortalecer os vínculos da extensão no âmbito acadêmico, a fim de oportunizar a integração dos saberes e práticas em diferentes níveis de complexidade. Assim, serão realizados eventos, cursos, minicursos, oficinas, workshops, palestras, congressos, seminários, conferências, *hackathons*, simpósios, mesas-redondas, rodas de debate, dentre outras iniciativas, de distintas cargas horárias, podendo ser ofertadas de modo presencial ou à distância, distribuídas em ações mensais, semestrais e anuais.

Fundamentação teórica

Este projeto de extensão tem como objetivo colaborar com a educação permanente nos temas de educação, informação, comunicação em saúde e pesquisa mediada por tecnologias. A proposta da educação permanente é contribuir para que profissionais e estudantes que tenham interesse em saúde possam dar seguimento ao processo de construção de saberes e práticas, compartilhando conteúdos que fortaleçam sua atuação na área de pesquisa, comunicação, informação, educação e tecnologia. Segundo Ceccim (2005), a Educação Permanente em Saúde (EPS) foi encampada no Brasil como uma política pública desde 2003. Tal política, conforme o autor, tem como estratégia as “[...] transformações do trabalho no setor para que venha a ser lugar de atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente” (CECCIM, 2005, p. 976). Lamante et al. (2019) complementam o entendimento sobre a EPS apontando que o principal desafio é estimular o pensamento crítico e reflexivo das/dos discentes, para que haja realmente uma estratégia de transformação de suas práticas. Logo, percebe-se a importância dessa educação permanente. No caso deste projeto de extensão, estendemos a proposta de EPS não só para os que trabalham na saúde, mas também para aqueles que têm interesse em pesquisar sobre o tema e construir pactos coletivos. Por meio da pesquisa, estimula-se o processo de aprendizagem contínua e fomenta-se a criação de conhecimentos novos, críticos e reflexivos sobre a área, tanto no que concerne ao seu fazer quanto no que se refere ao seu saber. Dentro da proposta de educação permanente em saúde, busca-se, com este projeto, estimular o interesse em pesquisa por meio da oferta de cursos ligados aos temas de métodos, instrumentos de pesquisa e cidadania. E ainda, à luz do que nos ensina Toro (1996, p. 30), este projeto estimulará jovens estudantes e pesquisadores a “[dominar] as linguagens utilizadas pelo homem, saber resolver problemas, analisar e interpretar fatos, compreender o entorno social e atuar sobre ele, receber criticamente os meios de comunicação, localizar e selecionar informações, planejar e decidir em grupo”. Trata-se de saberes que norteiam a educação contemporânea em diversos países e que nos remetem a uma

mentalidade internacional, pois, “quando esse jovem chegar à idade adulta, seu campo de ação não será apenas o bairro ou a cidade: será o mundo”.

Metodologia

As atividades a serem desenvolvidas perpassam uma iniciativa de educação permanente; vislumbram os princípios da metodologia participativa, problematizadora e dialógica, com base construtivista e ancorada na pesquisa-ação. As temáticas inicialmente ofertadas no referido projeto seguem a dinâmica de cursos já desenvolvidos anteriormente pelo LabECoS e pelo Grupo de Internet e Direitos Humanos, e permitem a integração de saberes e práticas nos âmbitos de comunicação, educação, informação e saúde, mediados por métodos e técnicas de pesquisa e pelo uso de tecnologias de informação e comunicação. Como estratégia de mobilização, serão desenvolvidos cards, informativos eletrônicos, mídias sociais e outros canais de divulgação junto aos grupos estratégicos previstos no programa de cursos, a fim de que os/as cursistas possam participar das atividades previstas. As atividades terão carga horária definida conforme a complexidade do tema, para fins de certificação. Serão aplicados instrumentos de monitoramento e avaliação das atividades, a serem ofertadas mensalmente, semestralmente e anualmente, incluindo-se projetos de intervenção nos territórios dos/as participantes envolvidos/as no projeto.

Referências

DEMO, P. Saber pensar é questionar. Brasília: Liber Livro, 2010.

_____. Introdução a metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. 3.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

MORENO, A. R. et al (Org.). Comunicação de riscos na América Latina. In: GALVÃO, L. A.C.; FINKELMAN, J.; HENAO, S. (Org.). Determinantes ambientais e sociais da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 279-300.

OLIVEIRA, F. Jornalismo científico. Editora Contexto, 2006.

RELATÓRIO LUZ DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Síntese II. Brasília, 2018. Disponível em: Acesso em março de 2020. 7. TORO, JB.; WERNECK, NMDF. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasil: Unicef, 1996. 8. WOLTON, D. Informar não é comunicar. Porto Alegre: Sulina, 2010.